# Demonstrações Contábeis **2010**



# Demonstrações Contábeis 2010

# Índice

Balanços Patrimoniais	02
Demonstrações de Resultados	04
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	05
Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto	06
Demonstrações do Valores Adicionados	07
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	08
Administração	22
Relatório dos Auditores Independentes	
sobre as Demonstrações Contábeis	23
Parecer do Conselho Fiscal	24

## Balanços Patrimoniais

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2010	2009	1º/1/2009
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.767	261.368	77.915
Aplicações financeiras vinculadas	5	31.504	40.036	69.402
Contas a receber:				
Sistema Petrobras	7a	74.741	98.244	110.289
Outros clientes		-	2.624	2.701
Tributos antecipados		66.147	71.396	63.534
Demais ativos circulantes		5.926	27.593	8.735
Total do ativo circulante		259.085	501.261	332.576
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	90.846	176.555	184.622
Depósitos judiciais		494	494	
		91.340	177.049	184.622
Imobilizado	6	2.784.050	2.740.772	2.591.516
Total do ativo não circulante		2.875.390	2.917.821	2.776.138

Total do ativo <u>3.134.475</u> <u>3.419.082</u> <u>3.108.714</u>

Passivo	Nota	2010	2009	1º/1/2009
Circulante				
Fornecedores		39.934	59.544	30.630
Provisão para imposto de renda e contribuição social	9	74.956	141.708	75.102
Contas a pagar, incluindo adiantamentos — empresas do Sistema Petrobras	7a	105.188	290.920	161.665
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7b	2.711	27.106	18.187
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	68.240	70.270	93.004
Dividendo	10	152.776	184.000	-
Outras contas a pagar		29.882	40.015	31.613
Total do passivo circulante		473.687	813.563	410.201
Não circulante				
Contas a pagar, incluindo adiantamentos —				
empresas do Sistema Petrobras	7a	917.269	914.201	1.075.906
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	7b	157.083	164.153	220.323
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	8	286.688	369.984	588.607
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	173.230	177.957	20.789
Total do passivo não circulante		1.534.270	1.626.295	1.905.625
Patrimônio líquido	10			
Capital social		203.288	203.288	203.288
Reservas de lucros		902.006	775.936	369.600
Dividendo adicional proposto		21.224		220.000
Total do patrimônio líquido		1.126.518	979.224	792.888
Total do passivo		3.134.475	3.419.082	3.108.714

## Demonstrações de Resultados

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receita Operacional Líquida	722.434	809.619
Custo dos serviços prestados:		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(123.025)	(118.289)
Custo de operação e manutenção	(121.694)	(113.422)
Total do custo dos serviços prestados	(244.719)	(231.711)
Lucro bruto	477.715	577.908
Receitas (Despesas) operacionais		
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(2.923)	(2.473)
Despesas gerais e administrativas	(57.091)	(55.958)
Despesas financeiras	(82.773)	(117.618)
Receitas financeiras (Nota 5)	79.110	(8.054)
Ganho na variação cambial de passivos	47.836	508.193
Total das (despesas)/receitas operacionais	(15.841)	324.090
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	461.874	901.998
Imposto de renda e contribuição social (Nota 9)	(155.104)	(306.662)
Lucro antes das participações dos empregados	306.770	595.336
Participações dos empregados	(6.700)	(5.000)
Lucro líquido do exercício	300.070	590.336

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

		Res	servas de lu	cros			
	Capital social	Legal	Lucros a realizar	Especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	203.288	40.658	201.120	127.822	220.000	-	792.888
Autorização da AGO 26/03/10 para pagamento	-	-	-	-	(220.000)	-	(220.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	590.336	590.336
Destinação do lucro:							
Reserva de lucros a realizar	-	-	184.038	-	-	(184.038)	-
Reserva especial Dividendos	-	-	-	222.298	-	(222.298)	-
propostos						(184.000)	(184.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	203.288	40.658	385.158	350.120	-	-	979.224
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	300.070	300.070
Destinação do lucro:							
Reserva de lucros a realizar	-	-	(2.742)	-	-	2.742	-
Reserva especial	-	-	-	128.812	-	(128.812)	-
Dividendos propostos					21.224	(174.000)	(152.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	203.288	40.658	382.416	478.932	21.224		1.126.518

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	300.070	590.336
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	123.025	118.289
Depreciação de outros itens Encargos financeiros e variações cambiais sobre	4.379	7.321
empréstimos e financiamentos	(33.994)	(392.472)
Imposto de renda e contribuição social diferidos Variações em ativos e passivos	84.112	165.235
Redução (aumento) de contas a receber	(132.721)	172.095
Redução (aumento) nos demais ativos circulantes	28.974	(26.344)
Aumento de fornecedores e demais passivos de curto prazo	(93.958)	103.212
	(20.183)	147.336
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	279.887	737.672
Atividades de financiamento		
Redução nos depósitos vinculados	8.532	29.367
Recebimentos de empresas do Sistema Petrobras	39.207	68.555
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras Pagamento de juros dos empréstimos subordinados	(28.819)	(24.707)
aos demais acionistas	(24.596)	(14.546)
Dividendos pagos atualizados	(191.158)	(233.351)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito Amortização de financiamentos de agências	(18.253)	(28.712)
multilaterais de crédito	(69.367)	(73.783)
Recursos utilizados nas atividades de financiamento	(284.454)	(277.177)
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(176.034)	(277.042)
Recursos utilizados nas atividades de investimento	(176.034)	(277.042)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(180.601)	183.453
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	261.368	77.915
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	80.767	261.368

## Demonstrações dos Valores Adicionados

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	2010	2009
Receitas		
Serviços de transportes	864.029	964.335
Outras receitas	3.233	3.226
_	867.262	967.561
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(88.330)	(75.916)
Materiais, energia, serviços e outros	(22.082)	(26.115)
_	(110.412)	(102.031)
Valor adicional bruto	756.850	865.530
Retenções		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(123.025)	(118.289)
Depreciação de outros itens	(4.379)	(7.321)
_	(127.404)	(125.610)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	629.446	739.920
Valor adicionado recebido em transferência		
Ganho com variação cambial	47.836	508.193
Receitas financeiras	79.110	(8.054)
Valor adicionado total a distribuir	756.392	1.240.059
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	73.238	67.002
Impostos e contribuições federais	218.615	396.634
Impostos estaduais	81.696	68.469
Despesas financeiras	82.773	117.618
Lucro líquido do exercício	300.070	590.336
=	756.392	1.240.059

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

#### 1) Contexto Operacional

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997 pela Petrobras Gás S.A. — GASPETRO, sua controladora, que por sua vez é uma subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, que detém 99,9% do seu capital. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro e três gerências regionais localizadas nas cidades de Campo Grande/MS, Campinas/SP e Florianópolis/SC.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, no lado brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, também estão contempladas no objeto social da Companhia.

O Gasoduto Bolívia-Brasil percorre 3.150 km desde Rio Grande, na Bolívia, até Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 557 km no lado boliviano e 2.593 km no lado brasileiro. A capacidade de transporte do gasoduto é de 30 milhões de m³/dia.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes se obrigam a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) - para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019;

- (ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041;
- (iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021; e
- (iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade CPAC 2007 para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

As operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do sistema Petrobras.

#### 2) Base de Preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC, e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

#### b. Adocão inicial das novas normas do CPC

Os seguintes ajuste e reclassificações foram efetuados em função da adoção das normas emitidas pelo CPC, as quais foram consideradas no balanço de abertura (data de adoção inicial, 1º de janeiro de 2009) bem como nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refeito e ora reapresentado em conjunto com as demonstrações contábeis do exercício:

#### Ajuste

	31/12/2009	1º/1/2009
Dividendos adicionais		
ao mínimo obrigatório:		
Passivo circulante	-	(220.000)
Patrimônio líquido	-	220.000

#### Reclassificações

	31/12/2009	1º/1/2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos:		
Ativo circulante	(87.646)	(63.002)
Ativo não circulante	87.646	63.002
Passivo circulante	(45.927)	(20.789)
Passivo não circulante	45.927	20.789

Adicionalmente foram feitas as seguintes reclassificações para melhor atendimento às normas contábeis:

	31/12/2009	1º/1/2009
Gastos e benfeitorias em imóveis de terceiros:		
Diferido	(1.914)	(4.216)
Imobilizado	1.914	4.216
Estoque de sobressalentes para ativo imobilizado:		
Ativo circulante	(21.766)	(20.840)
Ativo não circulante — imobilizado	21.766	20.840
No fluxo de caixa: Redução (aumento) demais ativos circulantes Adições ao imobilizado	3.102 (3.102)	- -
Demonstração do valor adicionado: Ganho com variação		
cambial:		
Valor adicionado recebido em transferência	508.193	-
Distribuição do valor adicionado	(508.193)	-

A aplicação das normas do CPC, bem como as reclassificações efetuadas, não causaram efeitos no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2011.

#### Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do ambiente econômico na qual a empresa atua é o Real — R\$, que é sua moeda de apresentação, de acordo com as normas descritas no CPC 02 — Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

#### Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 6 — Imobilizado — quanto ao tempo estimado de vida útil dos ativos

Nota 9 — Impostos e contribuições sociais — quanto a recuperabilidade de tributos

Nota 11 — Contingências

Nota 12 — Instrumentos financeiros

### 3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis a seguir descritas foram aplicadas de maneira consistente aos períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas do CPC.

#### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

#### b. Receita operacional e custo

O resultado inclui os rendimentos, encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

#### c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferenca entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

#### d. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Instrumentos mantidos até o vencimento:
- Instrumentos disponíveis para venda;
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado;
- Empréstimos e recebíveis; e
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Instrumentos disponíveis para venda que incluem aplicações financeiras (Notas Explicativas nº 4 e 5). Estas aplicações estão avaliadas pelo valor de mercado, com os rendimentos apropriados ao resultado;
- Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos; e
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

#### e. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem;
- A depreciação dos bens do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 6, que levam em consideração as suas respectivas vidas úteis econômicas.

Através das projeções do modelo econômico da Companhia, não há identificação de necessidade de provisões para perdas na realização do ativo imobilizado (impairment).

A Companhia fez a opção em não utilizar o custo atribuído para valorização do seu ativo imobilizado em função de que o seu imobilizado tal como apresentado conforme as práticas contábeis anteriores (BR GAAP em vigor em 2009) já atendia de forma material os principais requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27.

#### **f. Demais ativos circulante e não circulante** São apresentados pelo valor de realização.

#### g. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanco.

#### Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal

constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

• Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos do patrocínio do plano de pensão da TBG, na modalidade de Contribuição Definida, são equivalentes à contribuição ordinária mensal dos participantes não gerando déficits (superávits).

#### h. Empréstimos e financiamentos

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

#### i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Os ativos fiscais diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal de exercícios anteriores a compensar, e de diferenças temporárias, entre os valores de ativos e passivos registrados contabilmente pelo regime de competência, e os valores permitidos para uso pela legislação tributária.

A compensação de prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício, e não possui prazo prescricional.

A contabilização do ativo fiscal diferido leva em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

#### j. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

#### k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters;
- Improvements to IFRS 2010;
- IFRS 9 Financial Instruments;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor.

A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações contábeis.

#### 4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	2010	2009
Caixas e bancos	178	219
Aplicações financeiras		
de curto prazo	80.589	261.149
	80.767	261.368

As aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização de 7,6% no exercício (9,8% em 2009), as quais são resgatáveis pelo valor da quota do dia da solicitação de resgate.

#### 5) Aplicações Financeiras Vinculadas

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundo cambial, constituídas para garantir o pagamento do serviço da dívida em moeda estrangeira. Tais aplicações financeiras apresentaram desvalorização de 5,2% (desvalorização de 24,2% em 2009), enquanto a desvalorização do dólar foi de 4,3% (desvalorização de 25,5% em 2009).

Devido à mencionada desvalorização em 2010, foram apuradas perdas financeiras nessas

aplicações vinculadas, que estão apresentadas na demonstração do resultado compondo o total de Receitas financeiras, conforme quadro a seguir:

	2010	2009
Perdas nas aplicações no fundo cambial	(2.353)	(26.798)
Juros sobre faturas	3.044	-
Juros revertidos da dívida subordinada e gastos de construção	67.740	-
Receita nas aplicações de renda fixa	10.679	18.744
	79.110	(8.054)

Do total das aplicações financeiras vinculadas em 31 de dezembro de 2010, o montante de R\$ 30.986 (2009 - R\$ 39.555) se destina ao pagamento do serviço da dívida dos financiamentos de agências multilaterais de crédito e dos contratos de financiamento de materiais e equipamentos repassados pela Petrobras à TBG, e R\$ 518 (2009 — R\$ 481) destinam-se a projetos específicos de preservação do meio ambiente.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os ativos do fundo cambial eram compostos substancialmente por títulos públicos federais.

#### 6) Imobilizado

			2010		2009	1º/1/2009
	Tempo estimado de vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.102.136	(1.521.062)	2.581.074	2.258.776	2.327.469
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	11.015	(3.673)	7.342	7.671	10.036
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	4.550	(2.608)	1.942	1.882	1.942
Máquinas e equipamentos operacionais	10	18.444	(10.495)	7.949	9.414	10.811
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	30.975	(26.271)	4.704	7.522	10.656
Equipamentos e instalações de comunicação	5	4.781	(3.588)	1.193	1.715	1.747
Veículos	5	74	(74)	-	-	-
Imobilizado em andamento (ii)		143.748	-	143.748	432.026	208.015
Estoque de sobressalentes (iii)		41.471	(5.373)	36.098	21.766	20.840
		4.357.194	(1.573.144)	2.784.050	2.740.772	2.591.516

<sup>(</sup>i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

<sup>(</sup>ii) O imobilizado em andamento inclui construção de novas estações de entrega e melhorias operacionais no gasoduto.

<sup>(</sup>iii) Os estoques de sobressalentes são apresentados dentro do imobilizado devido sua utilização ser exclusiva para reparos no gasoduto, tendo característica de longo prazo de duração, sendo aplicáveis tanto em manutenções rotineiras quanto emergenciais.

### Movimentação do custo

Saldo em 1º/01/2009	Adições em 2009	Saldo em 31/12/2009	Adições em 2010	Saldo em 31/12/2010
3.614.706	44.734	3.659.440	442.696	4.102.136
10.452	246	10.698	317	11.015
3.811	315	4.126	424	4.550
17.720	397	18.117	327	18.444
26.667	3.632	30.299	676	30.975
3.988	605	4.593	188	4.781
74	-	74	-	74
208.015	224.011	432.026	(288.278)	143.748
20.840	3.102	23.942	19.684	43.626
3.906.273	277.042	4.183.315	176.034	4.359.349
	3.614.706 10.452 3.811 17.720 26.667 3.988 74 208.015 20.840	1º/01/2009         em 2009           3.614.706         44.734           10.452         246           3.811         315           17.720         397           26.667         3.632           3.988         605           74         -           208.015         224.011           20.840         3.102	1º/01/2009         em 2009         31/12/2009           3.614.706         44.734         3.659.440           10.452         246         10.698           3.811         315         4.126           17.720         397         18.117           26.667         3.632         30.299           3.988         605         4.593           74         -         74           208.015         224.011         432.026           20.840         3.102         23.942	1º/01/2009         em 2009         31/12/2009         em 2010           3.614.706         44.734         3.659.440         442.696           10.452         246         10.698         317           3.811         315         4.126         424           17.720         397         18.117         327           26.667         3.632         30.299         676           3.988         605         4.593         188           74         -         74         -           208.015         224.011         432.026         (288.278)           20.840         3.102         23.942         19.684

### 7) Partes Relacionadas a. Sistema Petrobras

	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009			
	Petrobras	Gaspetro	Total	Petrobras	Gaspetro	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	61.356	1.222	62.578	92.881	5.363	98.244
Efeito cambial sobre a tarifa	12.163	_	12.163			
	73.519	1.222	74.741	92.881	5.363	98.244
Passivo circulante						
Contas a pagar	-	10.017	10.017	12.674	7.325	19.999
Evento Escusável	305	-	305	804	-	804
Repasse de financiamentos	47.161	-	47.161	54.101	-	54.101
Adiantamentos de clientes	42.696	2.187	44.883	26.925	2.187	29.112
Empréstimos subordinados	-	2.822	2.822	-	28.230	28.230
Efeito cambial sobre a tarifa		-		158.674		158.674
	90.162	15.026	105.188	253.178	37.742	290.920
Passivo não circulante						
Repasse de financiamentos	23.476	-	23.476	73.597	-	73.597
Adiantamento de clientes	709.364	20.935	730.299	646.629	23.122	669.751
Empréstimos subordinados		163.494	163.494		170.853	170.853
	732.840	184.429	917.269	720.226	193.975	914.201
Resultado do exercício						
Receita bruta de serviços prestados	847.750	3.233	850.983	937.418	3.226	940.644
Despesas financeiras	9.406	(3.219)	6.187	(10.684)	(38.993)	(49.677)
Variações cambiais	19.995	6.735	26.730	208.171	66.228	274.399

## Contas a pagar — Gastos de construção do gasoduto — Petrobras

O saldo dos gastos com a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, a partir do Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Acordo para Pagamento, firmado em 2003 com a Petrobras, passou a ser remunerado com base na variação cambial do dólar norte-americano acrescida de juros de 15% a.a.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10/08/2010, os Acionistas decidiram aprovar a minuta de celebração, com a Petrobras, do Contrato de Transação e Outras Avenças, quitando-se o Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Acordo para Pagamento. A matéria fora objeto de aprovação prévia pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, respectivamente, em 06/07/10 e 14/07/10. O saldo de R\$ 13.536 foi integralmente quitado (em 31/12/2009 correspondia a R\$ 12.674).

#### Repasse de financiamentos — Petrobras

Tendo iniciado a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil antes da efetiva estruturação organizacional da TBG, a Petrobras firmou contratos de financiamento, no montante de US\$ 415 milhões, para aquisição de materiais e equipamentos com instituições financeiras, sendo a principal delas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES/FINAME, e com agências de crédito à exportação (ECAs) do Japão (J EXIM) e da Itália (Mediocredito).

Em julho de 1998 foram firmados contratos *Onlending* entre a Petrobras e a TBG para repasse desses financiamentos à TBG nas mesmas condições contratadas originalmente pela Petrobras.

Para os financiamentos em dólares dos Estados Unidos da América, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com *spreads* de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos financiamentos contratados em ienes, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis (*Japan Long-Term Prime Rate*) acrescidas de *spreads* de 3% a.a. ou taxas fixas de 2,3% a 2,5% a.a. Os financiamentos em liras italianas, posteriormente convertidas em Euros, têm prazos de 10 anos à taxa de 5,17% a.a. e 5 anos à taxa variável (LIBOR) mais 3% a.a.

Esses financiamentos são garantidos por meio do contrato de caução de contas e receitas firmado pela TBG, pela Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e pelo Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente.

A seguir estão demonstrados os vencimentos a longo prazo do repasse de financiamentos:

	2010	2009
2011	-	49.065
2012	23.476	24.532
	23.476	73.597

#### Adiantamentos de clientes

#### Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

#### Gaspetro

Refere-se ao pré-pagamento do aluguel, até 2007 em nome da Dataflux, que foi incorporada pela Gaspetro em março de 2008, de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001.

### b. Operações com acionistas Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior.

Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15% a.a., capitalizados semestralmente, cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito.

Em 10/08/2010, o Conselho de Administração, por proposição de representante do Acionista Gaspetro, decidiu tornar insubsistente a decisão proferida em 19 de setembro de 2003, que tornara a capitalização dos juros semestral, voltando os juros a serem calculados com base na capitalização anual, revertendo-se a diferença até então contabilizada.

A reversão do valor excedente dos juros totalizou R\$ 54.204 (em 31 de dezembro de 2009 o saldo era de R\$ 51.483), registrada no resultado como receita financeira.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, incluindo principal integralmente no longo prazo e juros integralmente no curto prazo, são:

	2010	2009
Passivo circulante:		
Petrobras Gás S.A. —		
Gaspetro	2.822	28.230
BBPP Holdings Ltda. Transredes do Brasil	1.605	16.039
Ltda. Bear Gás Participações	664	6.639
Ltda. AEI América do Sul	221	2.214
Holding Ltda.	221	2.214
Total dos demais		
acionistas	2.711	27.106
	2010	2009
Passivo não circulante:		
Petrobras Gás S.A. —		
Gaspetro	163.494	170.853
BBPP Holdings Ltda.	92.968	97.152
Transredes do Brasil Ltda. Bear Gás	38.469	40.201
Participações Ltda.	12.823	13.400
AEI América do Sul Holding Ltda.	12.823	13.400
Total dos demais		
acionistas	157.083	164.153

As despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados e correção dos dividendos pela SELIC foram:

	2010	2009
Petrobras Gás S.A. —		
Gaspetro	30.862	38.993
BBPP Holdings Ltda.	17.562	22.171
Transredes do Brasil Ltda.	7.265	9.174
Bear Gás Participações Ltda.	2.421	3.058
AEI América do Sul Holding Ltda.	2.421	3.058
Total dos demais acionistas	29.669	37.461

#### Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2010 foi apurado o montante de R\$ 12.163 a ser recuperado, em 2011, via aumento de tarifa (em 2009 foi apurado o montante de R\$ 158.674, ressarcido em 2010 via redução de tarifa).

### 8) Financiamentos de Agências Multilaterais de Crédito

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998 foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2010	2009
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	188.374	221.687
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	58.770	83.862
Corporação Andina de Fomento (CAF)	44.816	62.459
Banco Europeu de Investimento (BEI)	62.968	72.246
	354.928	440.254
(-) Passivo circulante	(68.240)	(70.270)
Passivo não circulante	286.688	369.984

Abaixo estão demonstrados os vencimentos a longo prazo dos financiamentos de agências multilaterais de crédito:

	2010	2009
2011	-	70.391
2012	69.214	72.329
2013	58.344	60.970
2014	31.661	33.086
2015	32.241	33.692
2016 em diante	95.228	99.516
	286.688	369.984

# Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos no passivo

	2010	2009
6 meses ou menos	40.016	45.340
6 ou 12 meses	39.855	44.933
1-2 anos	79.247	88.661
2-5 anos	139.412	138.132
mais que 5 anos	100.781	211.128
	399.311	528.194

#### Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR mais 1,79% a.a., que em 31 de dezembro de 2010 foi de 2,32% a.a. (em 2009 4,66%, variável determinada pelo IADB rate do BID). A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001.

## Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

Contrato de US\$ 130 milhões à taxa LIBOR mais 0,5% a.a., que em 2010 foi de 0,76% a.a. (2,04% a.a. em 2009). A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2000.

#### Corporação Andina de Fomento (CAF)

Contrato de US\$ 80 milhões à taxa dos títulos do tesouro americano (TB) de 10 anos, fixada em 5,881% a.a., acrescida de *spread* de 3% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

#### Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (EIB *internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999.

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

#### 9) Impostos e Contribuições Sociais

A TBG, fundamentada em estudo técnico que prevê geração de lucros tributáveis futuros, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O total de prejuízos fiscais acumulados a compensar, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 259.944 (R\$ 353.802 em 2009), que geraram R\$ 88.381 (R\$ 120.293 em 2009) de créditos fiscais a compensar, cuja recuperação está estimada para os seguintes exercícios:

2011	25.138
2012	26.772
2013	36.471
	88.381

# a. O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem

	2010	2009
Ativo não circulante:		
Prejuízos fiscais a compensar	88.381	120.293
Provisões não dedutíveis temporariamente	2.465	56.262
	90.846	176.555
Passivo não circulante:		
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	14.498	18.885
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime caixa	158.732	159.072
	173.230	177.957

## b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	2010	2009
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos	455.174	896.998
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(154.759)	(304.979)
Efeito de adições permanentes de despesas não dedutíveis	(345)	(1.683)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	(155.104)	(306.662)
resultado do exercicio		(300.002)

### c. Provisão para imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	155.104	306.662
(Redução) aumento do valor a pagar:		
Pela tributação dos (ganhos) perdas cambiais nas dívidas, decorrente da adoção do regime de caixa	340	(160.677)
Pela tributação das provisões, principalmente variação cambial no faturamento (nota 7), somente quando realizadas	(53.949)	53.949
Pelo uso de créditos fiscais diferidos	(31.912)	(60.742)
Pela adição (redução) de outros itens	5.373	2.516
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrados no passivo circulante	74.956	141.708

# 10) Patrimônio Líquidoa. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% Petrobras Gás S.A. Gaspetro;
- 29% BBPP Holdings Ltda. BBPP;
- 12% Transredes do Brasil Ltda. Transredes:
- 4% Bear Gás Participações Ltda.; e
- 4% AEI América do Sul Holding Ltda.

#### b. Reservas

#### • Reserva legal

Foi constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

#### • Reserva de lucros a realizar

Constituída em decorrência do registro de ganhos em operações cuja realização financeira deverá ocorrer após o término do próximo exercício social, nos termos do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

#### • Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

O artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações estipula que o saldo das reservas de lucro, excetuadas as reservas de contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembléia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendo.

O excesso de reservas apurado no encerramento do exercício social de 2010, de R\$ 316.302 (R\$ 187.490 em 2009), decorre basicamente da proposta de destinação de parte do lucro para a reserva especial, no valor de R\$ 128.812 (R\$ 222.298 em 2009).

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8/12/2010, os Acionistas reafirmaram o seu entendimento quanto à Reserva Especial, ao aprovarem a manutenção a esse título dos saldos originários dos exercícios sociais de 2006 a 2009, bem como, de forma antecipada, a sua constituição no exercício social de 2010 e eventualmente nos exercícios subsequentes, enquanto permanecerem vigentes as condições que lhes dão fundamento.

#### c. Remuneração dos acionistas

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	2010	2009	1º/1/2009
Lucro líquido do exercício Destinação para reserva	300.070	590.336	(70.936)
de lucros a realizar Realização da reserva	-	(184.038)	-
de lucros a realizar Transferência da (retenção	2.742	-	275.807
na) reserva especial	(128.812)	(222.298)	142.951
Dividendos propostos Sendo:	174.000	184.000	220.000
Dividendo a pagar — passivo circulante Dividendo adicional proposto —	152.776	184.000	-
patrimônio líquido	21.224	-	220.000

A Companhia reconhecia a totalidade dos dividendos propostos em conta do passivo circulante. Visando atender a conceituação de obrigação presente que consta do item 8 da Interpretação Técnica ICPC 08/09, apenas a parcela do dividendo mínimo obrigatório. que se caracterize efetivamente como uma obrigação legal, foi registrada no passivo. Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido. Ao mínimo obrigatório de R\$ 150.035 foi acrescentada a realização da reserva de lucros a realizar pelo montante de R\$ 2.741, totalizando R\$ 152.776 de dividendo a pagar no passivo circulante. A proposta encaminhada à assembléia geral ordinária é de R\$ 174.000, restando R\$ 21.224 como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

#### 11) Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações. Alguns processos foram classificados como sendo de risco possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

#### Contingências passivas

- Ação indenizatória ajuizada pela MPE a MPE, empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade, pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 81.779. Por outro lado a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da MPE a pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 53.046.
- Ação indenizatória ajuizada pela Mendes Junior Trading e Engenharia S.A., pleiteando indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 28.796.

#### Contingências ativas

#### • Recuperação de PIS e COFINS

A TBG ajuizou ação ordinária contra a União perante a justiça federal da seção judiciária do RJ, referente a recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS incidente sobre receitas financeiras, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e novembro 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro 1999 e janeiro 2004, considerando a inconstitucionalidade do \$1º do art 3º da Lei nº 9.718/98. O valor histórico de R\$ 11.999, relativo à citada ação, não está refletido nas demonstrações contábeis.

#### • ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou em agosto de 2008 mandado de segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 18 de setembro de 2008, foi publicada decisão do juiz suspendendo o feito por 180 dias, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADC 18/2007, que determinou a suspensão de todos os processos relacionados à matéria.

# 12) Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco Financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Companhia não possuia instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos associados aos seus intrumentos financeiros, e durante o exercício não efetuou aplicações de caráter especulativo, seja por meio de instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2010	31/12/2009
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.767	261.368
Aplicações financeiras vinculadas	5	31.504	40.036
Contas a receber	7a	74.741	100.868
Passivos			
Fornecedores		39.934	59.544
Contas a pagar, incluindo adiantamentos — empresas do Sistema Petrobras	7a	1.022.457	1.205.121
Empréstimos e financiamentos	8	514.722	631.513

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Tendo em vista o contrato de caução de contas e receitas, a Companhia realiza operações com o Banco do Brasil S.A., o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito considerado em relação ao único cliente, Petrobras, que nos doze anos de operação da Companhia sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

#### b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano e do lene japonês.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 7 e 8.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 está concentrada em seus

empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norteamericano, no montante de R\$ 751.675.

Os adiantamentos recebidos da Petrobras e da Gaspetro (Nota Explicativa nº 8) cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 775.182 (R\$ 698.863 em 2009), não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

#### Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os intrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Provável (saldo)	Cenário Possível	Remoto
Empréstimos			
e financiamentos	751.675	187.919	375.838

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a Companhia tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.

#### c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

#### d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações

de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010 estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

Total com taxas fixas	433.894
Total com taxas variáveis	317.781
	751.675

O custo médio ponderado dos empréstimos e financiamentos em 2010 foi de 5,58% (5,58% em 2009).

#### e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos intrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

#### 13) Cobertura de Seguro

O gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

Riscos segurados	Valor em risco US\$ mil	Limite máximo de indenização US\$ mil
Danos materiais	1.173.012	100.000
Perda de receita bruta	478.826	119.707
Responsabilidade civil	250.000	250.000

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

Desde o início da operação da TBG, a única utilização do seguro de riscos operacionais se deu por ocasião do sinistro de Santa Catarina, em novembro de 2008, cuja proposta do grupo segurador de indenizar os gastos com o reparo do gasoduto, no valor de US\$ 6.990 mil, equivalente a 84% dos dispêndios indenizáveis, foi aprovada pelo Conselho de Administração da TBG, em novembro de 2010, e o valor foi integralmente recebido.

#### 14) Remuneração de Pessoal (em reais)

No exercício de 2010, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigente pela Companhia, pagas no mês de dezembro, foram, respectivamente, de R\$ 43.235,39 e R\$ 38.554,90 (R\$39.534,92 e R\$35.255,03 em 2009).

A maior e menor remuneração atribuída a componentes da força de trabalho, foram, respectivamente, de R\$ 29.000,51 e R\$ 2.615,85 (R\$ 25.334,01 e R\$ 2.391,97 em 2009). A remuneração média, paga em dezembro, foi de R\$ 9.860,10 (R\$ 8.887,63 em 2009).

#### 15) Plano de Previdência Complementar

A partir de 1º de agosto de 2009 a Companhia implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG. O Plano Petros TBG está estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco.

As coberturas de risco abrangem, para o participante, renda de auxilio doença, renda de aposentadoria por invalidez, e pecúlio por invalidez, e para seus beneficiários abrange pecúlio por morte e renda de pensão por morte.

As contribuições definidas destinam-se à formação de reserva para aposentadoria, possuindo as modalidades de renda de aposentadoria normal, renda de aposentadoria antecipada, e renda de aposentadoria diferida, e foi reconhecida no resultado do exercício conforme as contribuições são efetuadas. No exercício de 2010 a contribuição da Companhia para este plano foi de R\$ 1.502 (R\$ 651 em 2009).

Em 06/08/2010, a Administração da Companhia dirigiu expediente à Fundação Petrobras de Seguridade Social — PETROS, requerendo a adesão da Companhia ao Plano Petros 2 e retirada do patrocínio ao Plano Petros TBG, em conformidade com cláusula específica constante do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 11 de dezembro de 2009.

## Administração

MARIA DAS GRACAS SILVA FOSTER

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RICHARD OLM CONSELHEIRO LEONES DALL'AGNOL CONSELHEIRO

CYNTHIA SANTANA SILVEIRA CLAUDIA BARROZO BRUN CONSELHEIRA

**CONSELHEIRA** 

MAURICIO WENDE RIOJA CONSELHEIRO

LUCIANA BASTOS DE FREITAS RACHID DIRETORA SUPERINTENDENTE

ANANIAS FIGUEREDO DE SOUZA

ANTONIO SERGIO DE CAJUEIRO COSTA DIRETOR COMERCIAL

DIRETOR DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO

ANTONIO CLAUDIO PEREIRA DA SILVA **DIRETOR FINANCEIRO** 

ROBSON NUNES RIBEIRO RICARDO SOUZA DE HOLANDA

GERENTE DE CONTROLADORIA

CONTADOR CRC-RJ-040722/O-2

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e aos Acionistas da

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorcão relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos,

o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. — TBG em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº. 10, a Companhia, em 31 de dezembro de 2010, excedeu o limite legal do valor das reservas de lucros. Considerando que em exercícios anteriores os Acionistas já evidenciaram a sua preferência pelo recebimento de dividendos, ao invés da incorporação dos lucros ao capital social, os acionistas em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 08 de dezembro de 2010, aprovaram, em unanimidade, a manutenção dos saldos das reservas de lucros.

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs. 1 e 7, as operações da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto.

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo

em 31 de dezembro de 2010, apresentada como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.



KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Vânia Andrade de Souza Contadora CRC RJ-057497/0-2

### Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório Anual de Atividades e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2010, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório Anual de Atividades estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Relativamente ao resultado do exercício de 2010, representado pelo lucro líquido de R\$ 300.070.358,60, a Administração da TBG

propõe a seguinte destinação: a) Reserva de Lucros no valor de R\$ 126.070.358,60 para serem distribuídos como dividendos tão logo a situação financeira da Companhia venha a permitir, caso não sejam absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes e; b) distribuição de dividendos no valor de R\$ 174.000.000.00.

A Reserva de Lucros proposta de R\$ 126.070.358,60 é composta da constituição de uma reserva especial de R\$ 128.811.717,15 e uma realização de reserva de lucros a realizar de R\$ 2.741.358,55.

Com a constituição da Reserva Especial, o saldo das reservas de lucro ultrapassa em R\$ 316.301.556,26 o limite estipulado no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações. Desse modo, para que o excesso da Reserva de Lucros possa ser mantido, é necessária a aprovação unânime dos acionistas presentes à Assembléia Geral Ordinária da Empresa, nos termos do artigo 202, parágrafo 5º, da antes mencionada lei.

Considerando as informações econômicofinanceiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2011.

Hubert Georg Deierl Manuel Domingues de Jesus e Pinho Júlio César Gonçalves Corrêa





